

A forja do profissional da guerra: dois séculos de formação do oficial combatente do Exército Brasileiro*

The forge of the professional of the war: two centuries of formation of the combatant officer of the Brazilian Army

Elton Licério Rodrigues Machado

Mestre em História Social pela Universidade Severino Sombra (USS). Major R/1 do Quadro Complementar de Oficiais (Magistério) do Exército. Foi professor de História Militar na Academia Militar das Agulhas Negras entre 2001 e 2017. Atualmente é pesquisador e colaborador do CEPHIMEx (Centro de Estudos e Pesquisa de História Militar do Exército).

RESUMO

O presente trabalho possui por escopo perceber as concepções sociais, políticas, culturais e pedagógicas que nortearam as mudanças pelas quais passou a formação do oficial combatente e as implicações decorrentes de tais processos, tendo como referências as diferentes sedes em que ocorreu a formação do oficial combatente do Exército Brasileiro. A partir de uma pesquisa exploratória e de bibliografia pertinente, tornaram-se evidentes, os problemas advindos e as soluções implantadas para superar a dicotomia no que se refere à formação do oficial. Assim, as inúmeras reformas no ensino militar realizadas pelos chefes militares, ao longo dos anos, tinham como objetivo romper com tal divisão e promover uma harmonia entre uma formação acadêmico-científica e técnico-profissional.

PALAVRAS-CHAVE: Exército Brasileiro; Escolas Militares; Formação do oficial combatente

ABSTRACT

The present study has the scope of perceiving the social, political, cultural and pedagogical conceptions that have guided the changes through which the combating officer has gone as well as the implications of such processes. Its reference basis are the different sites where the training course for the combating officer of the Brazilian Army took place. After an exploratory research, the arising problems and the solutions implanted to overcome the dichotomy related to the officer training became evident. Therefore, the several reforms in the military education carried out by military leaders over the years had the objective of breaking such segregation and promote harmony between the scientific academic training and the technical professional training.

KEYWORDS: Brazilian Army; Military Schools; Combating officer training

* Artigo recebido em 22 de setembro de 2016 e aprovado para publicação em 06 de março de 2018.

INTRODUÇÃO

As Forças Armadas enquanto instituições militares são frutos da organização do Estado Nacional moderno, sendo que para alguns autores foi a principal organização responsável pela consolidação do Estado. Entre outros fatores, a introdução dos Exércitos permanentes, ainda na França do século XV, possibilitou de fato a paulatina centralização político-administrativa dos territórios nas mãos de casas dinásticas. Portanto, as Forças Armadas e o Estado Nacional moderno se desenvolveram conjuntamente ao longo da idade moderna e se consolidaram no século XIX.

As Forças Armadas, ao se constituírem o braço armado do Estado, passaram a ter em sua organização elementos ligados àquela organização. Por outro lado, as inovações tecnológicas e os aumentos de efetivos proporcionaram uma maior complexidade nos negócios relativos à preparação para a guerra. Assim é que, no século XVIII, na Prússia de Frederico II, há notícias de uma escola voltada à formação de homens de guerra.

Em Portugal, a partir das reformas do Conde de Lippi (1760), a formação dos homens de guerra já possuía uma sistematização. No Brasil, aos poucos foi se consolidando o ensino, conquanto as necessidades aumentassem. Por esta razão, com o episódio da vinda da família real portuguesa para o Brasil e os desdobramentos no campo militar desse acontecimento, tornou-se imperativo aumentar não só a quantidade como a qualidade dos comandantes das tropas portuguesas na colônia. Cria-se assim, a Academia Real Militar berço da formação dos oficiais do Exército Brasileiro.

Assim, a grande evolução apresentada a partir do início do século XIX, tanto nas doutrinas quanto nos produtos de emprego militar, induziu a busca de uma melhor formação dos comandantes militares, do ponto de vista cultural e científico, para atender as necessidades das partes superiores da guerra. No caso brasileiro, tal perspectiva se concretizou na criação de um estabelecimento próprio, mas que não possuía condições de preparar oficiais em quantidade e qualidade que o Império necessitava. Des-

te modo, as soluções apresentadas fazem conviver dois tipos de oficiais: um forjado na velha tradição dos campos de batalha e outro concebido por meio dos estudos nos bancos escolares.

Essa dupla origem do oficialato, bem como a dupla função do chefe militar, que deve ser, além de um exímio comandante no campo de batalha, também detentor de conhecimentos superiores, produziram amplos debates ao longo dos duzentos anos da formação do oficial combatente do Exército. A origem, os problemas advindos e as soluções implantadas ao longo de dois séculos são os questionamentos produzidos pelo presente trabalho.

Nosso trabalho buscará definir, tendo como referência as diferentes sedes em que a formação do oficial combatente do Exército e baseado em pesquisa bibliográfica e exploratória, as concepções que nortearam as transformações pelas quais passou o ensino militar e as implicações decorrentes de tais processos.

Desta forma, a pesquisa reveste-se de importância por tratar-se de assuntos que são bases referenciais para o entendimento das questões relevantes que inseriram a Força Terrestre no contexto político da Nação. Além de ser importante para entender a construção de uma instituição basilar do Estado brasileiro. Além disso, os resultados obtidos, ao expor a evolução do ensino militar, poderão demonstrar as diversas transformações pelas quais passou o ensino militar e assim contribuir para o embasamento teórico e metodológico de novos estudos, propostas e projetos que venham a discutir o ensino, a educação e a formação militar e suas escolas.

A FORMAÇÃO DO OFICIAL COMBATE- NTE DE 1811 A 1904 (O PRIMEIRO SÉCULO)

Com a chegada da Família Real ao Brasil, a estrutura administrativa do reino português reorganizou-se nos trópicos. Ao Conde de Linhares (D. Rodrigo de Souza Coutinho), foi dado o encargo de gerir o Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. A necessidade de fortalecer as Forças Militares na

colônia era uma das preocupações primordiais da nova administração. Dentre as várias ações realizadas, a criação da Academia Real Militar era fundamental para o ministro do Príncipe Regente, pois, segundo Motta (1998, p. 17), “era o fecho das providências a serem tomadas no sentido de reformar o Exército e dar-lhe disciplina e instrução”.

A ideia da criação, na colônia, de um estabelecimento superior de ensino com cursos completos de “ciências matemáticas e de observação” e de “ciências militares” não deixou de apresentar resistências. Oposições ao projeto derivavam de duas vertentes: uma educacional e outra política.

As necessidades impostas pelos novos tempos ao reino português superaram as desconfianças e as dificuldades e, em 4 de dezembro de 1810, o Príncipe Regente D. João assinou decreto que aprovou o Estatuto da Academia Real Militar. Em 23 de abril de 1811, iniciou o seu funcionamento em sede provisória na antiga Casa do Trem. No ano seguinte, assumiu sua sede definitiva no Largo de São Francisco, onde permaneceria até 1874. (PERES: 2005, p. 9).

A Academia nasceu com dupla destinação: escola militar e escola de engenharia. Formar militares, mas também engenheiros cuja missão era erigir obras de grande importância para a segurança e desenvolvimento do império português e, particularmente, o Brasil. Esta dualidade de funções pesaria sobre a sua estrutura e regime e sobrecarregaria o currículo, dando margem a diversos debates ao longo de sua história.

Segundo alguns autores, tais como Motta (1998), o ponto fraco do primeiro estatuto estava na organização do comando e no regime escolar.

A direção da Academia era de competência de uma junta militar, composta por cinco membros. Para o autor, seria complicada a organização de um comando nesses moldes, que não se adequava ao estilo militar.

Quanto ao regime escolar, o problema era a ausência de internato e poucas regras disciplinares. A Academia nasceu com aspecto pouco militarizado: sem uniforme, sem formatura e sem a vida prática da caserna.

Portanto, tanto a direção da Academia quanto o seu regime seguiam os padrões do

currículo proposto pelo Conde de Linhares, dando à Academia uma composição próxima dos estabelecimentos de ensino europeus, com seus colegiados e seus mestres. O idealizador da Academia a via como um “centro de altos estudos que dispensava as pequenas regras e os pequenos hábitos da rotina militar”.

Estas diferenças de concepção, no que diz respeito à instrução na Academia Militar, seriam os fundamentos dos grandes debates e das inúmeras reformas pelos quais passaria o ensino militar e, particularmente, a formação do oficial do Exército ao longo desses dois séculos de existência. O conflito deu-se entre disciplinas científicas e as disciplinas militares, entre a “teoria” e “prática”, entre uma escola para “doutores” e uma escola para “soldados”. Contudo, inicialmente, foi a visão que o seu idealizador estabeleceu o principal fator de apoio para manter a Academia em funcionamento, apesar das inúmeras dificuldades que iria passar nos seus primeiros anos. O planejamento era ambicioso; a sua execução, no entanto, defrontar-se-ia com a realidade sociocultural brasileira e com a cultura do Antigo Regime português.

Um estudo sobre os generais da ativa do império, da década de 1840, demonstrou que, dos 46 oficiais-generais do período, apenas nove haviam cursado a Academia Militar. (SOUZA: 2002, 161). Dentre os ex-alunos, estava Luis Alves de Lima e Silva, o futuro Duque de Caxias, que cursou a Academia Real Militar entre os anos de 1818 a 1821. Esta presença de egressos da Academia dentro do Exército, inicialmente tímida, passou nos anos seguintes, a aumentar.

A primeira reforma significativa aconteceu em 1833, que do ponto de vista curricular não apresentou alterações. Por conseguinte, alterou expressivamente a rotina administrativa da Academia. Os objetivos dessa reforma eram evidentes: o regulamento visava militarizar a formação dos oficiais do Exército. Para a sua direção, foi extinto qualquer tipo de colegiado, que passou a ser exercido por um oficial egresso dos corpos científicos (Engenharia e Artilharia). Do regulamento, constava ainda a obrigatoriedade aos alunos militares, do uso de unifor-

mes e da participação em formaturas, bem como a obrigação dos exercícios práticos, que eram realizados em diversos pontos da cidade do Rio de Janeiro, ao final do ano letivo, onde os alunos executavam ou observavam no terreno o que aprenderam na teoria.

Inspirado no sistema de ensino utilizado na França, um novo regulamento é editado em 1839. O sistema francês era dotado de duas escolas: uma Politécnica, para os estudos científicos, e uma Escola de Aplicações, para a consolidação dos conhecimentos técnico-profissionais. Porém, a comissão que planejou o novo regulamento concluiu que, para o Brasil, a existência de duas escolas era inviável. Seguindo ainda a inspiração francesa, a Academia passou a ser denominada de Escola Militar. No que se refere ao currículo, adaptou-se em uma única escola as atividades científico-acadêmicas e as técnico-profissionais.

No entanto, as reformas de inspiração francesa não duraram, pois dois regulamentos editados em 1842 e 1845, respectivamente, trouxeram novamente a desarmonia entre o ensino profissional e o científico. Esses novos estatutos privilegiavam o ensino teórico e científico e elevavam para sete anos o Curso de Engenharia e para cinco anos o Curso de Artilharia. Para os Cursos de Infantaria e Cavalaria, foi adicionado um ano, que passou a ser de três anos. Foram separados o ensino científico do profissional, que deveriam ser ministrados em anos distintos e não simultâneos como era anteriormente previsto. A disciplina foi negligenciada e os exercícios militares foram abolidos.

O ensino que predominou, durante a década de 1840, foi o de cunho técnico-científico ou acadêmico em detrimento do profissional-militar. Em muitos aspectos, principalmente os relacionados ao conteúdo, a Escola Militar voltou a ser como fora concebida em 1810. O fosso entre o ensino teórico das ciências e o prático da guerra foi ampliado em 1844, com a introdução do bacharelado. Criou-se o grau de bacharel para quem concluísse o curso de sete anos e o de doutor em ciências matemáticas para os alunos que atingissem todos os requisitos previstos. Nasceu então, o híbrido bacharel-militar ou doutor-militar.

Esse fato trouxe para a Escola Militar e para dentro do Exército o que já estava arraigado na vida brasileira, pois um “título” abria caminhos na sociedade da segunda metade do século XIX. Ao garantir prestígio social e político, deixou de ser uma busca de conhecimentos para ser um símbolo de pedantismo e ascensão social. Mesmo tendo aspectos positivos, pois aumentou consideravelmente o número de alunos. Esta foi mais uma atitude contrária aos interessados em um ensino voltado para a formação militar.

Dessa forma, a formação do oficial, nesses primeiros 40 anos de ensino militar seria constituída de dois campos, sem nenhuma vinculação entre si. De um lado, o ensino formal, ministrado na Academia em forma de aulas, com preleção e livros sobre as ciências matemáticas e a teoria da guerra sobre batalhas e processos de combates vividos na Europa. Do outro, a formação fazia-se com a participação nas guerras, nos combates dos diversos conflitos que ocorriam de norte a sul do império. A consequência desses fatos foi o aparecimento de dois tipos de oficiais no Exército: o oficial acadêmico, conhecedor de teorias, egresso da Academia Militar, mas sem vivência profissional na caserna; e o oficial tarimbeiro (termo derivado da cama de campanha), formado na prática dos quartéis, egresso dos campos de batalha, mas com pouca instrução escolar.

A oportunidade das duas “escolas” combaterem ombro a ombro e pôr à prova a sua eficiência logo surgiu, pois a década de 1850 iniciou com um conflito de grandes proporções na região platina. Tropas brasileiras, sob o comando de Caxias, combateram na Banda Oriental (Uruguai) e nas Províncias Unidas do Rio da Prata (Argentina), foi a guerra contra os ditadores Uribe e Rosas (1851-1852). Das experiências colhidas nos campos de batalha, dois testemunhos refletem a complexidade do ensino militar. O ministro da Guerra, preocupado com os problemas enfrentados pela formação do oficial, frente ao horizonte que se descortinava na região do Prata, escreveu no ano de 1851, em seu relatório, que a “Escola Militar possuía todos os elementos para fazer sábios, porém poucos para formar oficiais”. Um militar alemão, que participava da guer-

ra contra as províncias Unidas do Prata, relatou que “no Exército Brasileiro imperavam o despreparo técnico e a ausência de conhecimentos profissionais, com exceção do pequeno grupo de oficiais formados na Academia”. (MOTTA, 1998, p. 101).

O ministro da Guerra, em sua fala, demonstrou preocupação com o currículo da Escola Militar, que não oferecia condições ideais para a formação do profissional das armas. No entanto, por meio do olhar apurado de um europeu, acostumado a conflitos de grande envergadura, foi possível perceber que os oficiais “acadêmicos” possuíam características necessárias para o comando da guerra moderna, pois a batalha é apenas o final de toda organização, que começa com a mobilização, deslocamento e concentração das tropas, que envolve problemas de planejamento, administração e logística, em que só a coragem não é suficiente.

Dessa forma, os problemas da formação do oficial precisavam de soluções imediatas. De um lado, seria necessário modificar o ensino na Escola Militar, propiciando ao oficial concludente uma formação mais técnico-profissional. Do outro, proporcionar condições para que os tarimbeiros adquirissem uma formação mais qualificada.

Assim, na década de 1850, surgiram algumas soluções para enfrentar os problemas da formação militar do oficialato.

A questão começa a ser resolvida a partir de 1850, com a Lei de Promoção e seu regulamento. Essas normas determinavam que só ascenderiam ao posto de capitão os oficiais que possuíssem o curso completo dos estudos de sua respectiva arma, ainda que fossem habilitados na vida arregimentada, ou seja, que, além do curso, tivessem também capacidade profissional em relação à vida castrense.

A Academia seria então a porta única para o ingresso no oficialato, sendo o fim do oficial tarimbeiro. Porém, tal atitude sofre reações, pois a necessidade de oficiais e os serviços que os tarimbeiros prestaram ao longo dos anos, nos distantes rincões do Brasil não poderiam ser desprezados e, especialmente, porque ia de encontro à tradição que havia formado gerações de oficiais. De qualquer forma, com esta atitude, cria-se

o conceito de que a carreira das armas exige estudos sistematizados e dependentes da realização de cursos regulares.

Outra parte da solução, de importância fundamental na reforma estrutural do ensino militar, aconteceu com o desdobramento da Escola Militar em duas. Em 1855, instalou-se, na Fortaleza de São João, na cidade do Rio de Janeiro, a Escola de Aplicação. O Exército cumpriu o que havia sido idealizado no regulamento de 1839, no qual, seguindo o modelo francês, a formação do oficial dava-se em duas escolas, uma voltada para o ensino científico, e outra para a formação profissional.

Os alunos eram matriculados no Largo de São Francisco e após seguiam para a Praia Vermelha. Os destinados para a infantaria e cavalaria frequentariam o 1º ano da Escola Militar e o 1º ano da Escola de Aplicações, já os de artilharia e engenharia cursavam ambas as escolas, durante os anos que eram previstos para sua formação; em uma, assimilando os conhecimentos teóricos e em outra, aplicando-os nos exercícios práticos.

Assim, a Lei de Promoções e seu Regulamento de 1851 e a criação da Escola de Aplicação foram soluções modernizadoras encetadas no seio do Exército. Os chefes militares de então conseguiram a profissionalização do ensino que “a velha Academia de 1811” não conseguira, procurando harmonizar o ensino científico das ciências matemáticas com a prática da profissão militar.

Entretanto, a Escola Central permaneceu funcionando durante a Guerra da Tríplice Aliança (1865-1870), enquanto a Escola de Aplicação cerrou suas portas. Assim, sem os alunos militares, a Escola Central foi se desligando do Exército. A modernização da vida brasileira exigiu a formação de engenheiros civis e desobrigavam a velha sede do Largo de São Francisco das contingências da disciplina e das imposições do regime militar.

No ano de 1874, após 63 anos de trabalho, a sede do Largo do São Francisco foi transferida para o Ministério do Império, com o nome de Escola Politécnica, tendo por incumbência a formação dos engenheiros civis. A Escola Militar da Praia Vermelha passou a ser a única responsável, pela formação de oficiais combatentes.

As últimas décadas do século XIX e o alvorecer do século XX foram anos conturbados para a Nação brasileira, pois movimentos político-sociais deixaram suas marcas na história nacional. O Exército, nesse período, já era uma instituição com certa identidade própria (IZECKSOHN: 1997). Identidade adquirida, como muitos autores alegam, pela experiência nos campos de batalha da Guerra da Tríplice Aliança. Dessa forma, principalmente na década de 1880, o Exército deixou de ser um observador dos acontecimentos, como aconteceu nas seis décadas anteriores, e passou a ser um ativo protagonista. Não seriam mais vozes isoladas, mas sim grupos que encontraram força e legitimidade, dentro e fora da instituição, que falariam e atuariam no cenário brasileiro. O ápice dessa constatação é a fundação, no ano de 1887, do Clube Militar.

Na Escola Militar com sede na Praia Vermelha, o período entre os anos de 1874 e 1904 destacou-se em relação às décadas anteriores. A escola, seus professores e seus alunos foram grandemente influenciados por movimentos sociais políticos e culturais que agitaram o País e o mundo, respectivamente. O ambiente de grande efervescência, sobretudo político, marcou o cenário brasileiro daqueles anos. Diferentemente das gerações anteriores ao conflito contra o Paraguai (1865-1870), docentes e discentes envolveram-se ativamente em importantes movimentos que contestaram a ordem social e política do Império. Com o desfecho satisfatório desses movimentos, a mentalidade política (protetora e salvacionista) permaneceu no ideário, principalmente dos alunos, com claro prejuízo para a formação militar.

Durante todo esse período, os chefes militares, preocupados com a deficiente formação técnico-profissional, não deixaram de realizar reformas no ensino. No espaço de tempo compreendido entre os anos de 1874 e 1905, o ensino na Escola Militar da Praia Vermelha sofreu quatro modificações curriculares: em 1874, em 1889 (no epílogo do Império) e duas após a Proclamação da República nos anos de 1890 e 1898. Reformas estas que culminarão com o fechamento da Escola Militar, no ano de 1904,

consequência dos incidentes decorrentes da “Revolta da Vacina”.

Naquele período, a instrução profissional-militar não conseguiu resistir à crescente importância das Ciências Matemáticas e de Engenharia. Afinal, fazer o curso completo da Escola Militar, formar-se bacharel ou engenheiro militar, era o objetivo de todos os alunos, pois, como declarou um aluno da época: “*a luta para vencer a barreira do plenamente era renhida, e nela se consumiam energias, fazeres e até a saúde, tão severo eram os estudos teóricos, os únicos que contavam*” (LOBATO: 1992, p. 5). Da mesma forma, a “*cobiçada miragem do galão estrelado de alferes-aluno, que era o maior título de glória*” (MOTTA: 1998, p. 189), garantiria, para uma grande parcela dos concludentes, uma ascensão social que fora conquistada a partir do mérito individual baseado na aplicação aos estudos. Assim, o epíteto de “*Tabernáculo da Ciência*”, que fora consagrado de maneira informal pelos próprios estudantes, determinou a formação de gerações de oficiais da Praia Vermelha.

Portanto, aos alunos que atingiam o grau exigido poderiam continuar a sua formação, já os outros iniciariam sua vida militar nos corpos de tropa. Essa situação proporcionou o aparecimento, novamente, de dois tipos de oficiais: de um lado, os oficiais científicos e, de outro, os oficiais prático-tarimbeiros. Os primeiros, devido a suas atividades, ficavam mais afastados dos corpos de tropa e ficaram conhecidos como bacharéis-fardados. Os segundos poderiam ter uma vivência técnico-profissional mais intensa ao longo da carreira no que se refere às atividades propriamente militares.

Um distanciamento maior ocorreu entre os anos de 1881 e 1887, quando o curso de Infantaria e Cavalaria, por imposição do ministro da Guerra, teve sua duração reduzida para um ano. Naqueles anos, a formação ficou conhecida como “curso de alfafa”. Foi um grave prejuízo para o ensino e, ao mesmo tempo, aumentou a dissociação entre os oficiais, pois “*há um vício na Escola Militar que vem de longa data: a importância exclusiva que se liga à teoria e o desprezo pela parte prática, (...) merecendo até, os que a ela se dedicam, o epíteto de tarimbeiros*”, teste-

munhava um capitão na *Revista do Exército Brasileiro* no ano de 1883. (MOTTA: 1998, p. 168). Assim, os oficiais ditos prático-tarimbeiros estavam mais vinculados ao Exército e aos problemas referentes aos corpos de tropa, como instrução e aparelhamento.

Por outro lado, os oficiais dos corpos científicos, sem perspectivas consideradas atraentes para a ascensão profissional no Exército, buscaram reconhecimento e espaço dentro da sociedade brasileira. Segundo Celso Castro (1995, p. 51), era contra membros de uma determinada “*elite que os alunos da Praia Vermelha disputavam, social e simbolicamente, espaço e poder*”. Essa elite tinha nome e sobrenome, eram os bacharéis em Direito, que desfrutavam da hegemonia dos cargos e funções públicas da administração imperial. Os alunos da Escola Militar, principalmente dos quadros científicos, imbuídos do espírito da “meritocracia”, influenciados pelo cientificismo e positivismo, tinham nos movimentos republicanos e abolicionistas as armas para ascender social e politicamente.

Portanto, os dois tipos de oficiais que eram formados naquela época tinham características diferentes, pois o oficial tarimbeiro estava mais absorvido pelos problemas do Exército, enquanto os oficiais científicos preocupavam-se não só com a caserna, mas, principalmente, com problemas de maior amplitude, relacionados ao desenvolvimento do País. Entretanto, a organização, o enquadramento militar da Escola e, principalmente, a convivência entre os alunos não permitiram grandes rivalidades entre científicos e tarimbeiros, pois temas polêmicos, como a Abolição e a República, proporcionaram pontos de interesse comuns.

A FORMAÇÃO DO OFICIAL COMBATENTE DE 1905 AO INÍCIO DO SÉCULO XXI (O SEGUNDO SÉCULO)

Com a interrupção das aulas na Praia Vermelha e seu posterior fechamento, foi assinado, no ano seguinte, um novo decreto para regulamentar o ensino no âmbito do Exército. O decreto preconizava que a formação do oficialato do Exército passaria a acontecer em várias escolas: duas no Rio Grande do Sul e duas outras situadas no Realengo,

bairro do Rio de Janeiro, aproveitando as instalações da antiga Escola Preparatória.

As novas escolas eram: Escola de Guerra em Porto Alegre; Escola de Aplicação de Cavalaria e Infantaria em Rio Pardo; Escola de Artilharia e Engenharia e a Escola de Aplicação de Artilharia e Engenharia situadas em Realengo. As duas últimas eram somente cursadas por engenheiros e artilheiros após ter realizado o curso inicial de dois anos na Escola de Guerra de Porto Alegre. Portanto, nesse regime, infantess e cavalarianos seriam formados em três anos, artilheiros em cinco e engenheiros em seis.

A mudança do local da formação do oficialato brasileiro, na primeira década do século XX, pode ser relacionada a um planejamento que visava à modernização do ensino militar, melhor ainda, a capacitar os novos quadros para enfrentar as condições postas a profissão militar nos tempos modernos. A melhoria da capacidade operacional da Força Terrestre passava necessariamente pela formação dos oficiais. Para resolver essa questão, os chefes militares há muito já se indagavam sobre a necessidade de reformulação do ensino militar. Dentre tais chefes, destacou-se o General Nepomuceno Mallet (Ministro da Guerra entre 1898 e 1902) que, em um de seus relatórios, observou que a instrução oferecida na Escola Militar preparava ótimos bacharéis em ciências, porém, não soldados. Como resposta às indagações do ministro, a antiga Escola Militar de Porto Alegre passou a ser chamada de Escola de Guerra, revelando a determinação de formar guerreiros, não mais bacharéis e doutores em ciências.

O regulamento de 1905 fez uma profunda reforma no ensino militar, pois tinha por finalidade a profissionalização e procurava colocar em prática muito do que se havia pensado em fazer com reformas anteriores. As modificações romperam com o passado. Merecem destaque as seguintes inovações: eliminação dos estudos de estado-maior; extinção dos estudos preparatórios; a matrícula na Escola de Guerra somente de praças de pré; e a extinção da categoria de alferes-aluno e a criação do “aspirante aoficial”, posto que seria atingido somente após a conclusão do curso.

Ao eliminar o curso de Estado-Maior no âmbito da formação inicial, o regulamento estabeleceu a noção do aperfeiçoamento contínuo ao longo da carreira, pois no bojo da reforma criou-se também a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), que passou a formar oficiais para constituir o Quadro de Estado-Maior do Exército.

Ao mesmo tempo, desapareceu a figura do alferes-aluno com ares de doutor e merecedor de continência; em seu lugar instituiu-se o modesto, mas significativo, aspirante a oficial. Após concluir o curso na Escola, era incluído nos corpos de tropa, onde, na convivência da caserna concluiria a sua formação. O Exército deixou de se preocupar com o ensino médio, pois o candidato deveria ser aprovado previamente nos colégios de ensino médio civil. Finalmente, rompeu-se com a dualidade do aluno-oficial, do aluno-praça, pois, ao estabelecer a matrícula somente de praças de pré, garantiu-se a equiparação de todo os alunos a soldados, facilitando a criação de um regime disciplinar mais severo.

Assim, a reforma de ensino e os novos estabelecimentos de formação tiveram por finalidade mitigar com as influências acadêmicas e científicas do bacharel fardado. A Escola Militar teria apenas uma função definida: formar os oficiais "tropeiros", isto é, tenentes e capitães altamente adestrados nas suas funções profissionais, com a finalidade de servir nos corpos de tropa e ser comandantes de pequenas frações.

As diversas escolas de formação espalhadas pelo território nacional tornaram-se um estorvo, pois as grandes distâncias demandavam gastos excessivos. Dessa forma, as diversas escolas foram transferidas para o Realengo em 1911, formando o Grupamento Escola. No ano seguinte, surge o coroamento do projeto de modernização no ensino militar brasileiro, a Escola Militar do Realengo.

A reforma do ano de 1913 consolidou a união das escolas no aquartelamento do Realengo. Inicialmente, consolidada em dois estabelecimentos: a Escola Militar e a Escola Prática, que funcionavam sob o mesmo comando. Com instalações modestas e sem o cenário deslumbrante da Praia Vermelha, a Escola Militar do Realengo era uma simples casa que, contudo, ligaria per-

manentemente o seu nome à história militar do Brasil. Nesse estabelecimento de ensino militar, tomaram forma as propostas dos chefes militares em relação à formação dos oficiais do Exército.

As modificações foram consolidadas nos regulamentos de 1918 e 1919 que, de certa forma, culminam com o projeto de aprofundar cada vez mais o ensino profissional militar, iniciado em 1905. Editados sob o impacto doutrinário da Primeira Guerra Mundial, os regulamentos prescreveram que os cursos passariam a ter a mesma duração (três anos para todas as armas) e, ainda, que toda a instrução seria eminentemente prática, como fica claro no texto do Decreto: "Não haverá ensino puramente teórico, todo ele é ou teórico-prático ou prático unicamente." (MOTTA, 1998, p. 250).

No âmbito dessas mudanças, o Curso de Engenharia passou a formar o oficial engenheiro, apto somente para as atividades tipicamente militares. Outras importantes modificações foram introduzidas na formação do oficial: a Escola Prática foi extinta, ficando todo o encargo do ensino com a Escola Militar; a escola passou a ser subordinada ao Estado-Maior do Exército (EME); e os oficiais candidatos a instrutor da Escola deveriam se submeter a provas práticas. Como resultado dessa última inovação, adentra a Escola Militar, em 1918, um grupo de oficiais instrutores, selecionados em concurso pelo EME. A 'Missão Indígena', como ficou conhecida, foi singular por seu alto grau de profissionalismo, eficiência e entusiasmo dos seus oficiais. Destacou-se a instrução voltada à prática castrense, exatamente como prescrevia o regulamento.

Nesses anos, aconteceu a integração do ensino da Escola com a instrução, que era ministrada nos corpos de tropa, aplicando a ambos os mesmos processos de instrução. Com esse currículo, a Escola moldou-se a padrões tipicamente militares, pois os assuntos militares ocupavam setenta por cento dos estudos, sendo complementados por um ensino prático rigoroso e conduzidos por um regime militar severo. Completou-se assim o ciclo iniciado em 1905, cujo objetivo era a formação técnico-profissional, eliminando-se grande parte do conteúdo cultural e científico.

Entretanto, a década de 1920 novamente se tornaria conturbada e a juventude militar mais uma vez encontrou-se em armas. Os alunos da Escola Militar participaram da primeira revolta tenentista, conhecida como “Dezoitos do Forte”, ocorrida em 5 de julho de 1922. De curta duração e rapidamente debelada, a rebeldia dos alunos evidenciou que havia necessidade de nova reformulação dos currículos da Escola. O exagerado combate ao “bacharelismo” havia levado a formação do oficial ao extremo do profissionalismo e da prática, sem, contudo, atender às ciências da cultura geral, necessárias ao complemento dos conhecimentos que deve possuir um oficial do Exército. Novamente a questão impôs-se: qual a dosagem necessária de conhecimentos cultural-científicos e técnico-profissionais para uma formação militar adequada?

Em 1924, a Escola Militar do Realengo começou receber a influência dos oficiais da Missão Francesa de Instrução, com oficiais franceses como instrutores. Foi criada a função de Diretor de Ensino, ocupada por um oficial francês. Foram, também, instituídos novos regulamentos, que procurariam estabelecer a harmonia entre os ensinamentos profissional e científico, objetivo principal das futuras modificações. Contemporâneo dessa fase, o Coronel Campos de Aragão (1959, p. 11), que fora aluno da escola no início da década de 1930, declarou: *“O mestre passou a definir o problema geométrico, a sua finalidade entrosada com uma compreensão profunda de toda a ciência lógica. Começou a analisar a filosofia primeira de Laffite. Citou Kepler e Lagrange”*. Mas, também salientou: *“A escola fora invadida por uma verdadeira mania de campo. Não havia instrução que os oficiais não preferissem o tabuleiro de Geri-cinó. Podendo evitar as salas, isto era feito”*. Esse é o perfeito testemunho do equilíbrio que ocorreu no currículo da Escola Militar, pois a força reformadora das três primeiras décadas do século XX consolidou as bases necessárias para que a Força Terrestre trilhasse o caminho da operacionalização e do profissionalismo. Foi assim que, superados os excessos com relação ao ensino e a sua finalidade, a Escola Militar do Realengo adentrou os anos 1930.

Em janeiro de 1931, assumiu o comando da Escola Militar do Realengo o Coronel José Pessôa Cavalcanti de Albuquerque. Sem se preocupar com grandes mudanças curriculares que tinham sido o alvo das reformas, o Coronel José Pessôa seria responsável pela transformação do ensino militar em educação militar. O novo comandante avaliou a verdadeira importância da Escola Militar para o Exército, pois, no seu primeiro pronunciamento, declarou que era a missão mais honrosa de toda a sua vida.

O comandante, preocupado com a formação moral do oficial, recorreu à história e procurou um exemplo de conduta, de capacidade profissional e de patriotismo. Tais virtudes conduziram-no ao Marechal Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias. A partir disso, idealizou a formação do oficial à imagem de Caxias. Para impor uma formação moral, seria necessário valorizar o aluno da Escola Militar que, até então, recebia tratamento igual aos recrutas. Buscou aumentar a autoestima dos seus comandados, recuperou e outorgou o título de Cadete, agora não mais como produto da nobreza hereditária, mas, sim, como o reconhecimento da inteligência, da cultura e da formação moral e de caráter do futuro oficial. Da mesma forma, para distinguir o cadete dos demais militares, criou uniformes, relacionando-os às antigas tradições do Exército.

Para concretizar esses ideais, instituiu o Corpo de Cadetes e fez, numa cerimônia em 25 de agosto de 1931, a entrega do seu estandarte, cujo brasão foi desenhado por J. Wash Rodrigues. O Corpo de Cadetes passou a ser o elo fundamental para a formação do caráter do militar. Finalmente, instituiu uma arma simbólica para o Cadete: o Espadim, réplica em escala menor do sabre de Caxias. Esse símbolo haveria de ser o atributo mais importante do cadete, primeiro troféu a ser conquistado e o último a ser devolvido ao Exército. A criação dos símbolos estabeleceu para as novas gerações, educadas sob o signo de Caxias, uma mentalidade homogênea, fundamentada em valores éticos e patrióticos e exteriorizada numa conduta moral irrepreensível.

O Marechal José Pessôa também estimulou os cadetes a frequentar ambientes

sociais condignos e fez importantes reformas no prédio da Escola, melhorando o ambiente de convívio do cadete. Criou o Departamento de Educação Física e o Departamento Hípico, reforçando a necessidade de, ao lado da conduta moral; uma higidez física para o futuro oficial. Mas, o maior legado do Marechal José Pessôa seria a transferência da Escola Militar para a Cidade de Resende. Retirar a formação do oficial da Cidade do Rio de Janeiro, onde o Cadete se encontrava exposto às influências políticas e sociais, era um objetivo há muito ambicionado.

O ano 1944 representou o último de funcionamento da Escola Militar no Realengo, e o primeiro ano da Escola Militar de Resende. No ano anterior, a Escola teve 1.036 cadetes, um número recorde de alunos frequentando os cursos. O regulamento em vigor datava de 1942. A estrutura do currículo, em linhas gerais, acompanhava o que vinha sendo feito desde 1924 e tinha por finalidade instruir os oficiais nas técnicas de comando das frações e informá-los sobre as principais questões de ordem política, econômica, social, histórico-geográfica e técnica, referentes à preparação e à execução da guerra. Indicava, ainda, uma didática da instrução profissional basicamente objetiva e, como o processo mais adequado, o Exercício Tático, baseado no terreno e representado em carta topográfica. Esse regulamento incorporou parte das experiências dos oficiais brasileiros que estagiavam no Exército dos Estados Unidos a partir do início da Segunda Guerra Mundial, passando a enfatizar a utilização dos meios auxiliares de instrução. Os cursos foram estruturados em um segmento fundamental, a ser realizado em um ano, e outro profissional, com a duração de dois anos.

No ano de 1945, um novo regulamento, o primeiro da nova escola, instituiu o Curso de Intendência, como um reflexo direto da experiência da Segunda Guerra Mundial, pois as operações de grande envergadura, tanto no tempo quanto no espaço, desdobraram uma cadeia logística até a frente de combate, introduzindo o oficial intendente no campo tático. No entanto, só após o retorno da Força Expedicionária Brasileira teria início, de forma concreta, a influência norte-americana, pois não houve instrutores estran-

geiros nas escolas de formação. As primeiras mudanças no ensino da Escola Militar ocorreram com a difusão e a utilização dos manuais norte-americanos, por meio de traduções emergenciais. Assim, muitas inovações de metodologia, surgiram depois da Segunda Guerra Mundial e, em sua maioria, foram implantadas nas escolas militares.

No ano de 1951, por meio de um decreto, a Escola Militar de Resende passaria a se chamar Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Completa-se assim, a obra do Marechal José Pessôa, que distinguia no nome da Academia também um importante signo a auxiliar na formação integral do oficial, pois o perfil estilizado do maciço das Agulhas Negras já se encontrava no brasão do Corpo de Cadetes, desde o ano de 1931.

Na década de 1950, o ensino na AMAN sofreu algumas modificações. Por conta do desenvolvimento tecnológico ocorrido após a Segunda Guerra Mundial, o ensino técnico-científico e de formação de engenheiros voltou novamente a ter destaque no âmbito da Academia. No ano de 1953, foi criado o curso Inicial de Formação de Oficiais Técnicos, com a finalidade de preparar os futuros alunos da Escola Técnica do Exército, onde seriam formados os engenheiros militares. Nos anos que se seguiram, foram propostos os cursos de Técnica Industrial, Geodésia e Topografia. Tais inovações conduziram a profundas e radicais transformações na estrutura da Academia e nas atividades de ensino.

Os chefes militares, atentos aos prejuízos para a prática castrense e à formação profissional, caso fosse ampliado o número de cursos, minimizaram as alterações. Houve apenas a criação do curso Básico, do curso de Comunicações e do curso de Material Bélico, que iniciaram as suas atividades no ano de 1959.

Na década de 1960, os conflitos políticos-ideológicos ficam mais nítidos no Brasil. Grupos guerrilheiros, de inspiração marxista-leninista, criaram focos de guerrilha na cidade e no campo. Essas condições implicariam a elaboração de uma estratégia doutrinária para lutar contra esse novo inimigo.

Os currículos da AMAN na década de 1960 e 1970 sofreram modificações por influência da conjuntura política e militar em

que vivia o Brasil. Na reforma de 1964, a duração do Curso Básico passou para dois anos, elevando assim a formação total para quatro anos. Foram inseridas no currículo as disciplinas de Informação e de Guerra Revolucionária e estudadas as operações de defesa territorial e de segurança interna. Nesse processo, também foi criado na Academia, em 1968, o Departamento de Instrução Especial (DIEsp) com a responsabilidade de ministrar a disciplina de Instrução Especial, cuja finalidade foi adestrar o cadete na guerra contrarrevolucionária.

O novo currículo estabeleceu a divisão das disciplinas em dois campos: o profissional e o universitário. Tal divisão ficaria mais percebida em 1967, quando os cursos, que eram subseções da Divisão de Ensino, passaram para a subordinação do Corpo de Cadetes que teve então a responsabilidade de gerenciar e executar as disciplinas inerentes ao ensino profissional.

As reformas posteriores foram supervisionadas pelo Centro de Estudos do Pessoal (CEP), criado em 1968, que passou a orientar a elaboração técnica dos currículos e programas. Surgiram, assim, os Planos de Matérias (PLAMA) e Planos de Unidades Didáticas (PUD). Ao mesmo tempo foi implantada uma moderna metodologia para a redação de objetivos específicos e gerais de unidades didáticas e de disciplinas, alcançando resultados satisfatórios no processo ensino-aprendizagem. Também novos órgãos de gestão do ensino foram criados no Exército, aos quais, a Academia passou a se subordinar. Foram criados, no início da década de 1970, o Departamento de Ensino e Pesquisa (atual Departamento de Educação e Cultura do Exército) para coordenar toda a área de ensino e a Diretoria de Formação e Aperfeiçoamento (atual Diretoria de Educação Superior Militar) que passou a coordenar, diretamente, as atividades de ensino da Escola.

Na década de 1970, a principal modificação curricular da AMAN, ocorreu na duração dos cursos das armas, quadros e serviços que, de dois anos, passaram para três, sendo que a duração do curso básico foi reduzida em um ano. No quarto ano, passaram a ser realizados estágios de complementação e aplicação de conhecimentos. Ao longo da

década de 1980, na Academia foram realizadas pequenas alterações curriculares, visando à atualização do ensino frente às novas necessidades do Exército.

Nos anos de 1980, valorizou-se o ensino de idiomas, visando um maior intercâmbio com outros países e suas Forças Armadas. Em 1987, foi criado o Curso Avançado, com a duração de um ano, e cursado pelo cadete no segundo ano de sua formação. A implantação do novo curso ocorreu em 1989 e, a partir de então, o Curso Básico permaneceu com duração de um ano, e os cursos das Armas, Serviço e Quadro voltaram ser realizados em dois anos.

Em 1988, impulsionada pela projeção do Exército para o século XXI, a AMAN sofreu mudança organizacional, e suas instalações foram ampliadas. Foram construídas novas alas para alojamentos, um refeitório idêntico ao original já existente, um teatro com capacidade para 2.850 pessoas, parques de instrução para os cursos Básico e Avançado e para a Seção de Instrução Especial, uma nova biblioteca, um novo Pátio de Formaturas, instalações para as atividades administrativas e de apoio ao ensino e um moderno Polígono de Tiro, dotado de meios necessários ao apoio dessa importante atividade de ensino. A ampliação visava a atender ao aumento do efetivo de cadetes para os anos que se seguiram.

No âmbito curricular, na década de 1990, iniciou-se no Exército o processo de modernização de ensino. Esse processo foi motivado pela constatação da acelerada evolução científica e tecnológica que proporcionou um maior acesso à informação e ampliou os debates entorno do conceito de educação militar. Em 1995, o Departamento de Ensino e Pesquisa (atual DECEX) constituiu o Grupo de Trabalho para o Estudo da Modernização do Ensino (GTEME), que enfocou o ensino como um processo em contínua evolução, induzindo à adoção sistemática de novos enfoques pedagógicos. Com o processo de Modernização de Ensino, o militar é ensinado e, como escreveu Ruas Santos (1998, p. 372), a ser comprometido com seu “autoaperfeiçoamento e estimulado a atuar na complexa realidade que o cerca por meio da pesquisa, interação profissional e tecnológica”.

Em 1999, a modernização foi consolidada na Lei de Ensino do Exército. Dessa forma, a AMAN iniciou a implantação de mudanças significativas em sua estrutura organizacional e de ensino. Uma grande reforma curricular foi realizada, com a extinção e a criação de disciplinas. Houve um enfoque especial para atividades extraclasse como complemento às disciplinas curriculares, tais como: palestras, conferências, intercâmbios, viagens e visitas, assuntos da atualidade, programa de leitura, projeto interdisciplinar e pesquisas.

Tal processo foi paulatinamente implantado em todas as escolas e cursos do Sistema de Ensino do Exército e, na primeira década do século XXI, o DEP, o órgão de direção setorial responsável pela educação militar (atual Departamento de Educação e Cultura do Exército), conduziu o processo de modernização, constituindo medidas legais que estabelecem contato e vínculos com universidades e centros de pesquisa. A finalidade era melhorar a qualificação dos seus quadros, tanto no nível técnico quanto no superior, do bacharelado ao doutorado.

A modernização do Ensino, conforme o historiador Ruas Santos, é um processo histórico, e pode ser comparado aos procedimentos de renovação educacional e doutrinária do Exército prussiano no século XIX ou, no início do século XX, às Missões Militares de Instrução no Brasil. Neste contexto, a AMAN assumiu no processo o mesmo papel que a Escola Militar do Realengo outrora desempenhou: o de motor da reforma militar no Exército na primeira metade do século XX.

CONCLUSÃO

Com a efetiva implementação da Academia Militar no ano 1811, inaugurou-se a formação acadêmica do oficial do Exército em solo brasileiro. Mas, a antiga tradição na formação dos oficiais ainda permaneceu por todo o século XIX, pois a Escola, principalmente até a segunda metade dos anos mil e novecentos, não atendeu a contento a demanda ensejada pelo Império brasileiro. Esta nova maneira de obter homens para comandar conviverá com a antiga e tradicional

prática de formação de oficiais, o campo de batalha. O principal motivo derivava do pouco número de oficiais egressos da Academia que não atendia às necessidades do Exército Imperial. Portanto, a Academia Militar conviverá com a tradicional prática de formação por muito tempo. Assim, no Exército Brasileiro do século XIX, conviverão oficiais acadêmicos, oriundos dos bancos escolares da Academia Militar e oficiais tarimbeiros, formados nos campos de batalha brasileiros.

Com a estabilidade política e econômica do império, houve um crescente fortalecimento da Academia Militar, não apenas dentro da força, mas também como uma instituição relevante para a novel nação. Aos poucos, a importância da Academia, aliada a crescente organização estrutural do Exército, levará o convívio, inicialmente harmonioso, entre as duas linhas de formação dos oficiais, a se confrontarem no plano institucional.

Assim se estabelece a dicotomia na formação de oficial combatente do Exército Brasileiro, e que ensejou grandes debates ao longo do século XIX, percorreu as salas das sedes da Casa do Trem em 1811, passando pelo Largo São Francisco até 1874 e da Escola da Praia Vermelha.

O século XX começa para o ensino militar, conquanto formação dos oficiais do Exército, no final do ano de 1904, com o fechamento da Escola Militar da Praia Vermelha e o início de uma ampla reforma que priorizou a formação técnico-profissional em detrimento do bacharel fardado. Nas décadas seguintes, todas as mudanças tinham os mesmos objetivos, harmonizar os conteúdos entre uma formação cultural e profissional. Objetivo que, iniciado com a Escola de Guerra de Porto Alegre, em 1906, introduzido na concepção da Escola Militar do Realengo (1912-1944) e aparentemente, consolidado com a instalação da Academia Militar das Agulhas Negras a partir de 1945.

No entanto, na segunda metade do século XX, o contínuo desenvolvimento tecnológico e seu impacto nos assuntos relacionados à guerra, bem como o conflito político-ideológico que dividirá o mundo por quase cinco décadas, provocará um contínuo aperfeiçoamento da formação militar. A formação do oficial combatente será ampa-

rada por vários órgãos, que são criados pela necessidade imposta pela complexidade do mundo moderno. Assim, são tais órgãos que definiram a política educacional, um exemplo é a modernização do ensino.

Tal processo teve a finalidade de aproximar a formação do oficial combatente do meio acadêmico brasileiro, não apenas na metodologia de ensino-aprendizagem, mas também consoante a pesquisa e ao desenvolvimento do pensamento científico.

Desta forma, a Academia Militar, ao iniciar o século XXI, e sendo a herdeira de dois séculos de educação militar, apesar da complexidade, do tamanho e da dimen-

são do Exército Brasileiro da atualidade, mantém ainda o papel de protagonista nas ações educacionais. Também está plenamente comprometida com o constante desenvolvimento de métodos e técnicas com o objetivo de aprimorar a formação inicial do líder militar. Assim, um novo período na formação dos oficiais combatentes do Exército começa a se estabelecer, consoantes com as palavras do Coronel Ruas Santos: "o Exército Brasileiro deixa para trás a falsa e contraproducente dicotomia bacharéis-tarimbeiros completamente anacrônica numa sociedade complexa e moderna como a brasileira". (SANTOS: 1998, p. 373).

REFERÊNCIAS

- ARAGÃO, Cel. Campos de. *Cadete do Realengo*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1959.
- BRAGA, Gustavo Lisboa. *Da Casa do Trem à AMAN: fragmentos da história da AMAN na visão de um cadete fundador*. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 2011.
- CÂMARA, Hiram de Freitas. *Marechal José Pessôa: a força de um ideal*. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1985.
- CASTRO, Celso. *Os militares e a República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.
- DENYS, Odylio. Renovação do Exército – Missão Indígena. *Revista A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro: 1985.
- FIGUEIRÊDO, José de Lima. *Casernas e escolas*. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1945.
- GIGLOTTI, João Carlos Jânio. *Estudo de História Militar*. 02 Vol. Resende – AMAN - História Militar, 2003.
- IZECKSOHN, Vitor. *O cerne da discórdia: a Guerra do Paraguai e o Núcleo Profissional do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1997.
- LOBATO FILHO, General. *A última noite da Escola da Praia Vermelha*. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1992.
- KEITH, Henry Hunt. *Soldados-salvadores: as revoltas militares brasileiras de 1922 e 1924 em perspectiva histórica*. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1989.
- MAGALHÃES, João Batista. *A evolução militar do Brasil*. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1998.
- McCANN, Frank D. *Soldados da Pátria: história do Exército Brasileiro, 1989-1937*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2007.

MOTTA, Jehovah. *Formação do oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar, 1810-1944*. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1998.

NETO, Jonas Correia. Missão Militar Francesa. In *Revista da Cultura* – Vol. V, Nº 08 (jun 2005), pags. 34-39.

PERES, Carlos Roberto (Org.). *“Da Academia Real Militar à AMAN: dois séculos formando os Líderes e Chefes Militares do Exército Brasileiro*. São Paulo: Editora Acadêmica, 2010.

_____, Carlos Roberto; CÂMARA, Hiram de Freitas (Orgs.). *ECEME a Escola do Método: um século pensando o Exército*. Rio de Janeiro. BIBLIEx, 2005.

PIRASSINUNGA, Adailton Sampaio. *O ensino militar no Brasil (Período Colonial)*. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1958.

RODRIGUES, Fernando da Silva. *Renovação e revoltas: a Escola Militar do Realengo de 1918 a 1922*. Disponível em: <http://www.abed-defesa.org/page4/page7/page23/files/Fernando-Rodrigues.pdf>

SANTOS, Francisco Ruas. *A Arte da Guerra*. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1998.

SCHWENGBER, Clóvis Antonio. *Os cavaleiros da ideia: o projeto institucional dos Jovens Turcos e a profissionalização do Exército Brasileiro (1913-1920)*. 2006. 94 p. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Severino Sombra, Vassouras-RJ, 2006.

SILVA, Yvany Henrique da. *Heróis a lutar: os cadetes na Revolução de 1964*. Rio de Janeiro: edição do autor, 2010.

SOUZA, Adriana Barreto de. A serviço de Sua Majestade: a tradição militar portuguesa na composição do generalato brasileiro (1837-1850). in CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Org.). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV/ Bom Texto, 2004.